

Retorno à brasilidade: *confissões e fissuras*

Ivo Lucchesi

Onde existe o perigo,
aí também cresce aquilo que salva.
Hölderlin

Uma minoria pode estar certa; a
maioria está sempre errada.
Ibsen

Confissões e definições

Ao longo de quase trinta anos de escrita em que se somam variadas modalidades (artigos, resenhas, ensaios), bem como diferentes canais comunicacionais (revistas, jornais, livros), e, afora breves escapadas do Brasil, mas sempre enraizado neste país, vejo-me, de tempo em tempo, impulsionado a revisitar um tema cujo teor já parece soar como fixação: a modelagem cultural brasileira, ora para focalizar o sistema educacional, ora para abordar aspectos gerais da política cultural, seja a partir de questões literárias, seja com base em incursões na cultura de massa.

A insistência, quase tangenciando a neurose, teve início em 1977, com a publicação de *O Indianismo: adoção e manifestação de uma ideologia*, continuou em dois artigos publicados no semanário Caderno de Educação (Jornal dos Sports – edições de 09/03 e 16/03/1980), com o título de “Proposições para a reestruturação do 2º grau”. O tema reapareceu, em publicação de 1981, no ensaio *Literatura latino-americana e dependência cultural*. Igualmente, a persistência, em 1983, com *O papel do educador na sociedade contemporânea*. Anos mais tarde, em 1996, como consequência do livro escrito em parceria com Gilda Korff Diegues e publicado em 1993 (*Caetano. Por que não? Uma viagem entre a aurora e a sombra*), eis que o sintoma volta a manifestar-

se na escrita de *Política e cultura nos trópicos: a questão da brasilidade entre a erosfobia e a tanatocracia* e, como desdobramento, em 1997, a escrita de Modernistas e tropicalistas no projeto de estetização da brasilidade. Por fim, já sob os efeitos do novo século, numa série de três artigos, escritos em 2003, para a versão on-line do semanário Observatório da Imprensa, com o título de “O Brasil e o desafio cultural”. É desta mais recente fonte que, com o acréscimo de renovadas pontuações críticas, aquele sintoma retorna, acompanhado, talvez, de um aceno de provável despedida (quem sabe, rumo à “cura”), não tanto por esgotamento, mas por amadurecida decisão que, nesse contexto, significa a descoberta da serenidade ante o insuperável.

A serenidade aludida no parágrafo anterior é um certo estado subjetivo no qual tranqüilidade e inquietação assinam um pacto de reciprocidade, fundado no respeito e na convivência. Talvez seja o que se convencionou caracterizar como maturidade. A maturidade parece ter o poder de infundir doses precisas de inquietação onde tende a reinar tranqüilidade e inocular outra igual de tranqüilidade onde a tendência aponta para inquietação. Assim, no controle possível da dosagem necessária ao perfil de cada situação vivencial, vai-se procurando completar a travessia da vida, afastando dela tanto os fantasmas da desilusão, da depressão e da frustração quanto as ingênuas fantasias da alegria inautêntica, da euforia artificial e da esperança infundada.

Há um momento na vida em que algo começa a acusar certo cansaço e este, além de exigir correto diagnóstico, deve servir para redirecionar o prolongamento da vida intelectual saudável, capaz de afugentar, revolta juvenil, inconformismo adolescente e auto-afirmação, produto de perturbações edipianas. Para melhor definir esse estado subjetivo, é que recorri ao inventário de publicações auto-referenciais, bem como para dar visibilidade às tantas incursões engendradas no curso de décadas, sem haver nisso nenhuma contaminação de narcisismo primário ou espasmo egóico. É provável até que, no subtexto dessas recorrências, esteja a marca primordial, decorrente do fato de ser oriundo de outro Continente. Trazido para o Brasil aos sete anos de idade, e, abandonadas, em terras longínquas, as ruínas da II Grande Guerra Mundial, mas ainda conservadas na memória, creio que o acontecimento fez nascer a fixação em tentar assimilar e compreender o novo e promissor cenário. Se o fato é verdadeiro, alimentei o sintoma e eventuais leitores, ao longo do tempo, pagaram a conta. Talvez, coubesse um pedido oficial de desculpas (ou não).

Foram necessários bons pares de décadas para a percepção clara quanto ao fato de que, na verdade, fizera uma troca entre ruínas. A diferença fundamental é que as ruínas da infância estavam inteiramente expostas. Não havia espaço para equívocos. A guerra deixara claros sinais de sua brutalidade: escombros das construções e mutilados vagantes pelas ruas. Na realidade tropical, porém, tudo parecia recoberto por amplo manto de enganosa paisagem deslumbrante e convidativa. Assim, foi penoso o esforço em remover, passo a passo, a superfície a fim de poder ver o que abaixo dela existia. Seguramente o impacto da segunda dor, em muito, superou a impressão subjetiva da primeira. Esta tocava a territorialidade do emocional; aquela atingiu a consciência e fixou um olhar que, pelo conhecimento, procurou ajustes, visando obter o mais adequado foco. Ainda assim, por alongado tempo, várias “lentes” foram testadas até encontrar aquela que pudesse ser definitiva para o olhar e definidora para a consciência.

Imagino que alguns autores, pelo modo definitivo com que tratam (ou trataram) certas questões devem, após as concluírem, viver (ou devem ter vivido) uma espécie de estado de esmorecimento. Posso equivocarme-me, sem dúvida. Todavia, esta foi a percepção que extraí de Manoel Bomfim quando, ainda jovem, li *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira* (a primeira publicação data de 1931), de Osman Lins quando, em algum momento das finais décadas do século XX, li *Do ideal e da glória: problemas inculturais brasileiros*, publicação de 1977. Sensação semelhante tive a respeito de Raymundo Faoro, tão logo concluí a leitura dos dois alentados volumes de *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*, obra primeiramente publicada em 1958. São, entre outros, dois exemplos de percepções e mapeamentos tão precisos e abrangentes que seus autores a tais temas nunca mais a eles retornaram.

Outros de igual grandeza aos citados no parágrafo anterior promoveram desdobramentos, a exemplo do que fez Sérgio Buarque de Holanda, primeiramente em *Raízes do Brasil* (1936) e, adiante, com *Visão do paraíso* (1958). Soma-se a Buarque de Holanda a constância da ampla e consistente obra de Celso Furtado, inaugurada em *Formação econômica do Brasil* (1959). É óbvio que, sequer à distância, sugiro a semelhança de minha experiência com a magnitude dos mencionados. A prova maior é a de que, insistentemente, ao tema dos “impasses culturais” fiz sucessivas e modestas revisitações enquanto, para Lins e Faoro, bastou única e radical investida e, para Buarque de Holanda e Furtado, sempre que ao tema central volta-

ram, empreenderam densas e detalhadas reflexões transformadas em referências obrigatórias a quem se queira entregar o penoso esforço de compreensão da sinuosa história brasileira e seus intrincados conflitos.

Afinal, ignorando qualquer rastro de amargura que um leitor menos atento poderia detectar nesta inicial reflexão, cabe afirmar, com toda a clareza, que assumir algumas derrotas é tão grandioso gesto quanto celebrar conquistas justas. A virtude estará na sabedoria em reconhecer a face real de uma e outras situações. Assim, o olhar a comandar a escrita adiante em nada se confunde com estado melancólico, atitude inercial, desencantamento intelectual ou indiferença ante a vida presente ou futura. Para tanto, não é demais, em nome da clareza, afirmar que não nutrir ilusões não significa abrigar desilusões. Ao contrário, não alimentar ilusões se torna proteção natural contra as dores advindas das desilusões. Nesse sentido, portanto, recusar a ilusão quer dizer refutar a “luz artificial” com a qual se pode formar um olhar capaz de ver além do devido, a ponto de perturbar a compreensão da cena efetivamente real, em favor da escolha por “luz natural”, adequada, pois, à exigência ditada pela coisa mesma. A mudança impõe reeducação e disciplina, além das abdições de tudo que tenha a capacidade de obstruir a contaminação oriunda dos excessos das fixações apaixonadas, das esquematizações consolidadas e dos apegos à rigidez imobilizadora do pensamento. Em resumo, trata-se apenas da adoção de um olhar dirigido pelo princípio de realidade, com a devida licença de Freud.

O Brasil em recortes atalhos e descaminhos

A tentativa de compreender o quadro atual em que se situa a sociedade brasileira não pode prescindir de uma leitura retrospectiva com base no modo como se processou sua narrativa histórica. Somente a partir de um olhar desapaixonado, torna-se viável a percepção objetiva, mediante a qual os acontecimentos devem ter a dimensão mais real possível, ou seja, é imprescindível reduzir a significação mínima o que possa eventualmente ter sugerido conquista máxima, ou mesmo salto grandioso. Assim estabelecido, proponho a secura de um recorte que apenas deixe exposta a ferida. É claro que a listagem a seguir se faz habitar por grosseira simplificação dos acontecimentos. Todavia, não se revela inviável que assim as ocorrências históricas possam também ser vistas. Trata-se

de uma questão de perspectiva, sem dúvida, redutora, porém portadora de algum vigor crítico. Vejamos.

Não será segredo para ninguém um pouco mais letrado que a visão histórica a respeito da trajetória brasileira, a julgar o gosto dominante, tende para uma contaminação de uma certa atmosfera “novelística”, cujo início é marcado pela “calmaria”, acidente climático, segundo o qual a terra brasílica teria sido descoberta. Esta imagem ainda é tão encontrável em fontes didáticas de qualidade sofrível quanto freqüente é sua circulação no meio estudantil.

Adiante, a Inconfidência Mineira se fixou como a rebeldia de pequeno grupo de “idealistas” que, à figura de Tiradentes, se soma indisfarçável alusão iconográfica, tradutora da vocação messiânica, na qual Tiradentes, na força, sugere Cristo na cruz. Dificilmente se tenta compreender no episódio o choque de interesses entre a Coroa e a emergente burguesia local.

Diferente não é o capítulo da Independência que, não bastasse o rom-pante de um ambicioso, ainda traz a insólita marca de singularidade: o Brasil foi o caso singular de uma Colônia cuja independência foi decretada pelo próprio colonizador. A respeito de D. Pedro I, o imaginário societário parece vê-lo, reforçado pela pintura, como “herói romântico e excêntrico”.

Com o tema da abolição, o enredo não se comportaria de maneira distinta: por imposição da Coroa britânica, Princesa Isabel assina o decreto, lançando milhares de escravos ao abandono de suas precárias vidas. Nada foi preparado para permitir àquela sofrida gente mínima condição de auto-suficiência.

Se, por rompante e ambição, declarou-se a Independência, em iguais condições, determinou-se a República. O brasileiro dormiu no Império e acordou, no dia seguinte, republicano. Em lugar de um imperador, havia um marechal. Afora levantes aqui e ali, por divergências de interesses, a exemplo das batalhas no Sul e no Norte, a República foi instalada. Outra página abrir-se-ia no livro da história brasileira, abrigando a resistência promovida por Antonio Conselheiro e seus seguidores (Canudos) mais um de heroicização sob inspiração messiânica. Em não mais de três décadas, a ainda “nova” República já era motivo para ser rebatizada de “Velha República” (ou “República Velha”).

O fato a separar a “velha” da “nova” é ilustrado pela chegada de Getúlio Vargas ao poder. Por ser o primeiro mandatário da República com projeto de estadista, logo percebeu que o plano engendrado não seria viável, sem desmontar as oligarquias políticas já viciadas. Fechou o parlamento e, em 1937, firma o Estado Novo.

O cenário brasileiro volta a pulsar com o retorno de Vargas, presença assegurada pela vitória nas urnas em 1950. Campanha pelo petróleo, inauguração da Petrobrás (à época, por uma questão de lógica gramatical, usava-se o acento agudo), BNDS, CNPq, usina de Volta Redonda, Companhia Siderúrgica Nacional, entre outros feitos. Enfim, um estadista voltado para a execução de um efetivo programa de governo. Interesses contrários (nacionais e internacionais), a pretexto de reais irregularidades promovidas em escalões inferiores, mas próximos à presidência, desencadearam campanha ostensiva, conduzindo o presidente ao extremado ato de suicídio. Precisamente, em 24 de agosto de 1954, o Brasil se despedia de seu último estadista. Por todas as sucessivas décadas, nunca mais a cadeira da presidência da República foi ocupada por quem efetivamente tivesse para o Brasil um projeto de Nação.

Sucedeu-se o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira. Afora tentativas de tramas golpistas, vendeu-se a imagem do “mito do desenvolvimento”, sob a força apelativa do slogan “50 anos em 5”. Sem dúvida, o período sugeriu prosperidade e garantiu liberdades individuais. Fatos concorreram para disseminação de um perfil nacional afirmativo: Copa do Mundo, título mundial em tênis, boxe, bossa-nova. É bem verdade que nenhuma dessas conquistas tinha diretamente a ver com o governo. Tratava-se de talentos que se haviam formado bem antes. Do governo mesmo, provieram a criação de Brasília e implementação da indústria automobilística. Apenas com essas duas, tem-se o suficiente para a escalada do endividamento econômico e do desvio de rotas cujo custo a médio e longo prazo por ele ainda pagamos. O decantado impulso industrial provocado pela indústria automobilística se tornou o responsável por retalhar o país em rodovias, além de plantar no imaginário consumista nacional o culto ao automóvel. Desprezamos unir o país pelos meios mais baratos (hidrovias e ferrovias), para adotar-se o modelo mais caro e acelerador de nossa dependência, considerando que, à época, e décadas posteriores, praticamente importávamos o petróleo de que o país necessitava. Congestionamento no tráfego, manutenção das estradas, greves de caminhoneiros, afora os longos percursos, quase duplicam os gastos referentes a exportações e importações, o que se reflete no preço final dos produtos, bem como na balança comercial. Mas assim foi feito. Tudo sempre em nome do “desenvolvimento” e da “modernização”.

A euforia era tanta em terras brasileiras que, além de não conduzir à presidência da República seu sucessor, JK ainda teve de passar a faixa ao histriônico Jânio Quadros que conseguira arrecadar a maior votação na história eleitoral do país até então: 6 milhões de votos. Quando hoje se vêem imagens de época, fica-se a pensar como foi possível a massa majoritária do país entregar o posto máximo a alguém cujo comportamento, se não era indicador de distúrbios emocionais, sem dúvida era revelador de simulações cênicas. Bastaram minguados sete meses para que o país iniciasse um roteiro de turbulências e indefinições cujo epílogo redundaria em afiado corte na liberdade e no princípio da autonomia: a trama na qual entrou o governo de João Goulart serviu de suporte para manobras que estavam delineadas desde a almejada deposição de Vargas, contemplada em parte pelo suicídio. Enfim, a tomada do poder pelas forças militares, já ensaiada às vésperas da posse de JK, encontrou terreno propício para nele se consagrar em 31 de março de 1964. A partir daí, o país foi conduzido às profundezas onde, por muitas décadas, nenhuma luz a elas chegaria. Em 1968, com a assinatura do AI-5, o regime impingiu a escuridão total, um “duradouro corte de energia vital” na inteligência brasileira.

Um problema é detectável na cultura política tropical a envolver tanto a República quanto a democracia. Em relação a ambas, parece haver-se fixado um vínculo de caráter “patrimonialista”. Durante décadas, a República foi tutelada pelo severo controle das hostes militares. Por haver surgido de um levante (ou de uma “quartelada”), os militares sempre se julgaram detentores (e, por vezes, condutores) do que haviam feito “nascer” (embora saibamos todos que o desejo – ou intimação – provinha da coroa britânica). As sucessivas turbulências, precursoras do golpe de 64, não escondiam o propósito de os militares tomarem para si a direção do Estado. Afinal, um dia (ou numa noite), haviam substituído o brasão imperial pelas insígnias das fardas. Em muito, essa apropriação ideológica retardou e até turvou o conceito de regime civil sólido. Por outro lado, frise-se que inexiste nesse comentário qualquer intenção passível de ser confundido com disfarçado saudosismo monarquista. O sôfrego percurso brasileiro provém exatamente da dupla experiência dolorosa: na Monarquia e na República.

Vale assinalar que a formação militar mais recente dá sinais de reversibilidade, no tocante à função a ser desempenhada, o que não significa ignorar a existência de focos sempre disponíveis para estratégias capa-

zes de andar na contramão da democracia. A prudência não pode ser descartada, principalmente ao levar-se em conta a crescente onda de militarização no mundo, seja em nome de situações reais de conflitos, seja em nome de fantasmagorias estratégicas, direcionadas a planos de dominação com propósitos hegemônicos.

Dependência econômica e fragilidade intelectual

O devaneio que tanto turva o olhar crítico quanto deforma o vigor da criação tende a obstruir um pensar mais verticalizado a respeito dos problemas que nos assolam. Nas últimas décadas, parece que o país foi tomado de uma atmosfera cujo ar dá a impressão de oscilar entre a inércia e a efusividade descabida, o que tem inviabilizado o exercício de uma leitura mais consequente acerca das reais condições nas quais o Brasil está posto. Há décadas, vive-se sob impacto de ilusões políticas e ingenuidade cultural.

No mais, o que se constata, na trajetória brasileira, sem ter de se recorrer, não vai além de promessas unificadas pela construção discursiva, cujo propósito se pauta na realimentação do imaginário coletivo, sempre disposto a renovar esperanças, além de sustentar os noticiários e ratificar uma estrutura de poder (ou falso poder), prorrogando os enfrentamentos das reais necessidades de que carece a vida nacional.

Recolhendo, das últimas décadas, acontecimentos políticos do cenário nacional, pode-se montar o seguinte itinerário: 1. a ditadura, com o slogan do “milagre econômico”, conduziu o país ao endividamento impagável; 2. a abertura operou, além do leilão da democracia, pulverizando-a por completo com a avalanche do pluripartidarismo, a anistia, eximindo de qualquer responsabilidade os patrocinadores e executores da tortura, bem como os que, no auge do regime, com ele se locupletaram; 3. a montagem da “Nova República”, com o apelo popular das “Diretas-já”, serviu para entronizar no poder quem dele jamais se viu ausente; 4. a campanha pela constituinte gerou uma “Constituição” que, no ato de sua homologação, já previa a necessidade de futuras alterações, em grande parte pela elevada taxa de garantias irrealistas, em aliança com acentuado tom demagógico; 5. o envolvimento para a primeira eleição de um Presidente da República, após 29 anos, abriu espaço para o “fenômeno Collor”, com tudo que disso adveio; 6. a entrada em cena do expediente das CPIs, com o propósito de moralizar a vida pública, prestou-se, no fundo, para tornar mais midiáticas certas

personalidades que, até então, não angariavam popularidade maior; 7. instalação de um clima de “denuncismo”, capaz de apenas ratificar o sentido da impunidade; 8. a campanha para um plebiscito (República x Monarquia), sem o menor envolvimento da população, talvez por perceber sua inexpressividade, como debate nacional; 9. a proposta de mais um “salvífico” programa econômico (Plano Real), com resultados reais desoladores.

Como se vê, a primeira eleição majoritária, pós-redemocratização, mobilizou o imaginário societário, bem ao estilo brasileiro, no seu habitual descaso pela história. Optou por afirmar o mito: de um lado, o “mito da jovialidade”, “da virilidade”, “da autodeterminação”; de outro, o “mito da classe trabalhadora”, “dos oprimidos”, “dos puros”. Nomes que tinham raízes na história brasileira foram relegados a derrotas humilhantes. Consagrou-se o candidato “viril”.

Ante a (indi)gestão catastrófica do (des)governo Collor, pela segunda vez, as aspirações majoritárias foram guiadas pelo vetor mítico. Desta feita, emergiu o “mito do intelectual” que, embora para a maioria da população nacional se tratasse de alguém quase desconhecido, arrebatou, ainda em primeiro turno, a vitória. A propósito, vale registrar um detalhe que a mídia eletrônica não gosta muito de relembrar: o vitorioso não participou de nenhum debate na TV, sequer no rádio. O “mito do intelectual” vingou, deixando o “mito da classe trabalhadora”, pela segunda vez, em segundo.

O primeiro mandato, aproveitando o “sucesso” do novo plano implantado – aliás, diga-se de passagem, – nenhum plano econômico proposto por governos fracassou em sua fase inicial. Igualmente verdadeiro é o fato de que todos os planos econômicos fracassaram rotundamente em sua fase posterior. Assim, o governo FHC administrou, gota a gota, a ilusão de prosperidade até, graças a manobras politigueiras, a reeleição. Mais um episódio lamentável da vida brasileira, dado o caráter casuístico cujo teor feria frontalmente o dispositivo constitucional, sem que a população demonstrasse maior atenção ao fato.

De novo, sem comparecer a nenhum debate em TV nem em rádio, o “mito do intelectual”, que pedira à nação o esquecimento de tudo que ele houvesse escrito no passado, já gozando de plena popularidade, ignorou adversários e, com ampla sobra, recebeu o segundo mandato. Em segundo, ficara, pela terceira vez, a sombra do “mito da classe trabalhadora”. Diferentemente, dos quatro anos anteriores, o “Plano Real” estava condenado a revelar sua irre realidade. Daí decorre o início do declínio. Uma vez

mais, o brasileiro fora dormir com a certeza de que cada real era um dólar. Ao acordar, percebeu que se tratava de uma novela. O real, na verdade, era ficção.

Não bastassem as claras demonstrações de uma política frágil, acompanhada de um dos maiores leilões a envolver patrimônio público (também sem maior indignação manifestada pela população), eis que, em 2001, o eleitor descobriu que vivia num país às escuras. O “apagão” iluminou as trevas da consciência. Como é próprio da conduta brasileira, ninguém protestou ou promoveu rebeliões. Nada. Apenas apagão e silêncio. A maioria guardou a arma da vingança para as eleições do ano seguinte. Chegara, enfim, a vez do “mito da classe trabalhadora”. Para as eleições de 2002, sempre com a estratégia de ninguém afirmar o que pretende fazer, criou-se mais um roteiro novelístico. Nesse caso, foi novelístico mesmo. A partir do depoimento de uma atriz bastante conhecida, propagou-se o duelo entre o “medo” e a “esperança”, lembrando que a novela de majoritária audiência e exibida durante a campanha eleitoral, pela maior emissora do país, tinha como título, simplesmente, “Esperança”. Eis que, na quarta tentativa, venceu o “mito da classe trabalhadora”. A “esperança na mudança” neutralizou os “medrosos”. É lamentável que, à época, a maioria dos eleitores desconhecesse André Comte-Sponville. Será que os marqueteiros das campanhas conheciam? O autor de, entre outros, *A felicidade, desesperadamente*, no último capítulo da obra, afirma: “A esperança e o temor não são dois contrários, mas antes as duas faces da mesma moeda: nunca temos uma sem a outra. O contrário de esperar não é temer; o contrário de esperar é saber, poder e gozar” (2001:63).

Em tempos atuais, não sei se alguém tem a clareza quanto ao que significava “medo” contra o qual ofereciam o insólito lema “continuação sem continuísmo” e o que pretendia anunciar “esperança e mudança”. É possível que algum mitólogo explique. Daí para frente, não se pode antecipar. Igualmente, não se sabe se reservas míticas ainda existem. Que faces novas do mito podem vir à tona? É possível até que, ante o esgotamento dos três mitos, o imaginário societário rompa com a atmosfera mítica e assuma o compromisso com a História. Outra possibilidade estará na realimentação de uma das três vertentes. Assim sendo, continuaremos nossa “viagem” em regime de fidelidade à sedução, apelo cujas raízes se alocam no mito.

Tão logo O Globo, na edição de 27.05.03, estampou, em primeira página, a frase do presidente da República, empossado dois meses antes (“Eu não mudei, a vida é que muda”), além de outra ainda mais estarrecedora

(“Eu nunca fui de esquerda!”), decidi que, centrado nas implicações semânticas e conjunturais suscitadas pela primeira afirmação, me deveria lançar, uma vez mais, a exercícios analíticos.

A frase em si não mereceria destaque maior, se o autor não representasse o cargo que exerce e, se a ela, não estivesse atrelado um contexto a sustentar o vigor de uma campanha eleitoral na qual à palavra “esperança” se somava, como fiel parceira, a palavra “mudança”. Ao ser proposto, no fervor de uma campanha, um projeto de mudança, pelo menos está implícita a idéia de que, até então, a vida era imutável. Admitindo, portanto, a imutabilidade da vida, o candidato, já presidente, concorreria para mudá-la. Por outro lado, ninguém há de se espantar com o fato de a vida mudar. Afinal, ela sempre esteve em mutação. Vida, desde os pré-socráticos (que o diga Heráclito), é movimento. Por extensão, quem não muda fica fora da vida. Analisada por esse ângulo, a frase proferida pelo presidente revela certo grau de incongruência semântica.

A rigor, a sentença parece insinuar outra mensagem: “eu quero, mas não posso”. Aí vem à tona a real natureza do conflito do qual o Brasil, há três décadas, se faz refém. Sob a inspiração do regime militar, de perfil eminentemente tecnocrático, instalou-se a hegemonia da razão economicista. Esta, perpetuada no regime democrático, fez (e faz) do político mero serviçal do economista. Como consequência, há trinta anos, a sociedade brasileira não vivencia experiência política na dimensão subjetiva desejada. Ao que parece, a democracia fica associada ao ato individual do voto com que o simples critério calcado na expressão majoritária consolida vitórias e derrotas. Nunca é demais o alerta quanto ao perigo desse princípio puramente quantitativo. É bom frisar que, pelo voto da maioria assembleísta, a vida de Jesus de Nazaré foi trocada pela de Barrabás. Igualmente por forças eleitorais, Hitler foi alçado ao poder.

Também outros debates decisivos para a emancipação da nação ficam absolutamente neutralizados (ou contaminados) pelo “raciocínio contábil”. Por incompetência ou por acomodação, o fato é que o discurso econômico dita os (des)caminhos do país, década após década. Tal avaliação, por conseguinte, não se dirige especificamente ao governo atual, e sim, literalmente, a todos os dirigentes, cuja missão seria a de conduzir o país à situação de Estado autônomo. Entre “políticas monetárias” e “fórmulas financeiras”, o Brasil se afigura um corpo amputado e assolado por flagelos sociais crescentes, disseminando-se por todos os segmentos populacionais.

Da elite econômica aos bolsões de excluídos, tem-se um tecido societário degradado pela dominante indigência cultural. A ditadura a reinar no Brasil foi a mais perversa da América Latina porque torturou e triturou a inteligência nacional, condenando gerações. A democracia que sucedeu ao regime militar, por sua vez, fez do restabelecimento da liberdade de expressão seu bastião e, para a liberdade de pensamento, deu as costas, sem o menor cuidado de promover mínimos reparos à qualidade cultural e, em certos aspectos, tem colaborado para o agravamento. “Políticas econômicas” serviram para assegurar ganhos de capital a alguns setores e, para segmentos populacionais, quando muito, inserção no consumo para gastarem em quin-quilharias e subprodutos. O resultado é deplorável: pobreza econômica e miséria intelectual. É nesse modelo gangrenado (e com alta taxa de riqueza concentrada) que proliferam o consumo de droga, a violência indiscriminada, a deformação do caráter, a diluição dos afetos, a competição destituída de critérios éticos e tudo, enfim, que torna a vida asfíxica.

O grande horizonte desenhado como meta, segundo repetidas mensagens, é a criação de um “mercado de massa”. Ótimo, vamos consumir o quê? O que isto culturalmente significa? Poder comprar o livro inútil? O CD mais indigente? Ver o filme mais medíocre? Não há sociedade com vida menos penosa, sem antes haver promovido realinhamento radical na formação dos indivíduos. Fora essa preparação, o que fica é o mero ato barbarizado pelo simples fato de que o consumidor tem poder de compra. Para a economia será, sem dúvida, promissor; para a qualidade cultural do país, uma lástima. Apenas fortalece a entronização do subproduto.

Ignacio Ramonet, jornalista e diretor do *Le Monde Diplomatique*, no ensaio “O Poder midiático”, publicado na coletânea organizada por Dênis de Moraes (*Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*), afirma: “(...) enquanto o nível educacional sobe, o nível midiático desce” (2003:220). É bom frisar que o jornalista sentencia com base na observação crítica quanto à realidade européia. No caso brasileiro, ignorando esparsas exceções, a frase deve ser outra: “enquanto o nível educacional (e cultural) despensa, o nível midiático desaba”. Não menos necessária se faz a menção ao desfecho do artigo “A questão da cultura”, do teórico e ensaísta, Luiz Costa Lima, publicado no caderno *Mais!* (Folha de S. Paulo, 18.05.03):

(...), para o governo atual ser de fato outro, precisa reconhecer que, ao lado do combate à fome, ao analfabetismo e à vio-

lência do crime organizado, a questão da cultura faz parte de nossas carências elementares. Considerar a cultura escrita coisa das ‘elites’ é um absurdo sem comentários. O cuidado com a cultura talvez não dê muitos votos. Mas significará um país menos desarvorado /.../.

Registre-se que o clamor presente é apenas eco de um brado já manifestado, entre outros, ainda ao longo dos anos 70 (no século passado), pelas palavras do escritor Osman Lins, no já citado livro *Do ideal e da glória: problemas inculturais brasileiros*. O autor chamava à reflexão e a uma atitude reativa contra a adoção de um “modelito educacional” que ele batizou de “Disneylândia pedagógica” (1977:138), voltado para estimular a “infantilização” da cultura, aspecto hoje mais que identificável em todos os níveis. Não se trata, pois, de “alarmismo”. É fato e reconhecível por qualquer profissional de ensino comprometido com a seriedade acerca do que faz. Há profunda deformação cultural na esmagadora maioria dos estudantes brasileiros: da educação fundamental à universidade. A situação é calamitosa e representa grave ameaça a qualquer projeto de aspiração à autonomia. Gerações têm sido “formadas” com claros sinais de deficiência cognitiva.

O país não está interessado em saber quem mudou ou não mudou. Isto fica para o círculo da “cultura da fofoca”. O que de efetivo deve preocupar a todos é se a vida – que sempre muda – pode mudar para melhor, ou ainda, para pior.

A reflexão até aqui proposta procurou destacar pontos genéricos que, há três décadas, respondem por certo imobilismo do qual resulta uma espécie de paralisia da inventividade. Reconhece-se sua origem no sistema educacional, forjado nos tempos sombrios do regime militar. Mais que o reconhecimento dessa questão, impõe-se-lhe o enfrentamento. Afinal, o que, no Brasil, foi feito (e o que não foi), para o corpo societário, em seu figurino cultural, chegar a um estágio que classifico de “anorexia cerebral”? A tentativa de encaminhar alguma resposta minimamente consistente passa pela necessidade de fazer o olhar retroceder ao processo histórico, atitude pouco freqüente numa “cultura” que se vangloria por negligenciar a memória.

O retorno à democracia

Não é necessário recorrer-se a teóricos do pensamento político ocidental no qual se perfilam, entre outros, Karl Marx, Max Weber, Hannah Arendt, Jurgen Habermas, Karl Popper, Elias Canetti, Norberto Bobbio, para sentenciar-se que a eficácia da democracia passa obrigatoriamente pela clareza na fixação de critérios para o exercício da política institucional e na afirmação da autoridade. Uma simples leitura, mesmo superficial, da experiência brasileira dá conta da ausência de ambos os requisitos. A imaturidade tropical deturpou os fundamentos basilares. A rigor, o primeiro corte profundo, marco de uma desventura política, está inscrito no movimento das “Diretas-já”, ocasião na qual, o sentimento majoritário da nação foi abortado. Em mais um episódio da vida brasileira, contra as pressões populares nas diversas cidades do país, 113 deputados covardemente não compareceram à votação. Os 298 votos favoráveis à emenda não foram suficientes. A madrugada de 25 de abril de 1984 revelava ao país quem nele realmente mandava. Nascia a “Nova República” sob o estigma da “morte”, cuja concretude emblemática se viu traduzida na morte do que seria o primeiro presidente civil, após o regime militar.

O retorno do país à democracia investiu na retórica demagógica. Para afugentar o espanto do autoritarismo, eliminou o princípio da autoridade, o que de imediato atingiu a escola (conhecimento = prazer), vínculos afetivos (amizade colorida). Enfim, os “ventos da abertura” foram soprando na direção de uma “onda” no estilo new hippie. A partir daí, o restante veio em cascata. A fantasia do “tudo está liberado” fez desandar o que a realidade depois devolveu em pesadelo. Banalizou-se a representação política. Os critérios e a fiscalização para ingresso em partidos são pífios. O elenco de candidaturas não obedece a nenhum princípio lógico-funcional, menos ainda ético. Abriram-se as comportas para gaiatices e aventureiros de plantão, cuja legitimidade passa a existir, a partir do momento que eleitores lhes dão respaldo nas urnas. Ou seja, nesse modelito, democracia significa quantificação dominante e qualificação ausente.

Pleitear uma vaga de senador, sem sequer, em algum momento na vida ter sido humilde vereador, constitui-se, na democracia brasileira, um hábito que não causa mais nenhum embaraço. Igualmente normal passa a ser a formação de castas políticas de origem familiar, com pleno endosso da massa de eleitores. Sinal de grave retrocesso e de acriticidade. É uma es-

pécie de revitalização das “capitanias hereditárias” e do “coronelismo”, fenômeno típico de uma população dependente que outrora se restringia a comunidades rurais e hoje se multiplica em escala urbana. O mesmo se estende a representações religiosas, esportivas e outros mais.

No auge de uma “cultura infantilizada”, entre outros desvirtuamentos, a “democracia performática” deu opção de voto a adolescente de 16 anos. Seu voto tem idêntico peso ao de qualquer outro cidadão. Elegem-se candidatos a cargos majoritários, sem nenhuma informação prévia quanto às composições de ministérios e secretarias. É sempre um voto no “escuro”, à espera de uma traição. Concedeu-se livre arbítrio para, tanto em municípios quanto em estados, a classe política regular e legislar sobre seus próprios vencimentos, a exemplo do que já ocorria em âmbito federal, o que produz distorções aberratórias. E outras tantas deformações que encontram origem no mesmo fundamento: há um modelo de democracia destituído de total falta de critérios, bem como da inexistência de juízo crítico. Enfim, o caminho fica aberto para o declínio cujo traçado parece incluir três aspectos já pontuados pelo ensaísta e sociólogo alemão, Robert Kurz, no artigo “O declínio da classe média”, publicado no *Mais!* (Folha de S. Paulo, 19.09.04): 1. “proletarização cultural da burguesia”; 2. “anomização da classe média”; 3. “atomização dos processos produtivos”.

A democracia e o mito

Os mapeamentos até aqui formulados tentam configurar que, embora a sociedade brasileira tenha sido contemplada com algumas conquistas, a democracia brasileira é mais uma construção mítica que uma experiência cultural, refletida na prática societária. Vivemos, pois, a democracia da discursividade e, com ela, tendemos a negligenciar a observância de processos menos visíveis, mas que seriam substancialmente decisivos para a desejada autonomia.

Parte expressiva da sociedade parece haver-se inebriado com a “reconquista” da “liberdade de expressão”, sem atentar para o que pudesse estar sucedendo com a “expressão da liberdade”. Como se sabe, o mito sempre abriga uma estratégia de traição, seduzindo o devoto com o que é visível e com o que é promessa. Assim atua a força do mito, a fim de tornar oculta a fragilidade que a sustenta. O mito sempre aposta no “esquecimento”. Para tanto, precisa da cumplicidade do “tempo deslocado”, seja na forma

de uma memória passiva, seja na moldura de uma projeção utópica. O que o mito não quer é o olhar que criticamente revisita o passado, nem o olhar que questiona um “futuro em festa”. Talvez, por isso, o corpo societário brasileiro se tenha rendido à sedução do imaginário, em detrimento de uma atitude afirmativa e corajosa que seria conduzida pelo vigor da imaginação e da inventividade.

“Os cidadãos civilizados não são produto do acaso, mas de um processo educativo”, afirma Karl Popper, em *O mito do contexto: em defesa da ciência e da racionalidade* (1996:83.). Em sociedade na qual o processo educativo (não apenas o sistema educacional) é debilitado, assim também se torna o perfil da civilidade. A idéia de “festa da democracia” (jargão freqüente da mídia, em época de eleição) é essencialmente uma formulação do ideário mítico norte-americano que, entre nós, foi assimilado. Em outras culturas, democracia é um valor de extremada seriedade e de não menor vigilância, sempre com o intuito de conter a expansão emocional de efeito deformador, capaz de transformar o eleitor em “torcedor”.

A democracia perde a dimensão mítica quando, à prática democrática, se agrega a percepção do processo histórico. É, portanto, essa direção que o corpo societário brasileiro se deveria esforçar por cumprir. Jamais haverá possibilidade de adesão a um projeto transformador, sem o envolvimento profundo dos seres com o conhecimento tanto da história societária quanto de sua própria história pessoal. Sem esse fator de mudança perceptiva, ficaremos sempre depositários do “saudosismo” e/ou do “devaneio”. Ambos nos retiram do “princípio de realidade” e traduzem atitudes improdutivas ante a necessidade histórica que reclama redirecionamentos.

Na vertente do saudosismo, identifica-se o “mito das origens”. Nele predomina a idéia equivocada de que houve um tempo no qual éramos puros e o mundo, por conseguinte, um dadivoso palco idílico, pronto para abrigar-nos. É quase uma imagem bíblica a respeito do paraíso. A propósito dessa questão, bem assinala Raoul Girardet, em seu rentável estudo *Mitos e mitologias políticas*, mais precisamente no capítulo “A pureza das origens”, ao recordar versos de Victor Hugo, sob impregnhância de intensa visão romântica:

Dias inauditos! O bom, o belo, o justo
Fluía na torrente, estremeciam no arbusto.
... Nada tinha mácula e nada tinha sulco;
Dias puros! Nada sangrava por unha e por dente
O animal feliz era a inocência rondando (Girardet, R. 1987:106).

Obviamente o cenário evocado por Hugo jamais existiu e nem poderia, principalmente por aquilo que pontua o dramaturgo norueguês J. H. Ibsen na citação inclusa como uma das epígrafes deste escrito. Afora a deformação que o olhar da ingenuidade acarreta à razão, ainda se soma o perigoso sentido da “pureza”, dado seu fundamento fazer supor a idéia de que possam existir os “puros”, em oposição aos “impuros”. Não bastassem os horrores já praticados no passado, em nome de tais conceitos, eis que a contemporaneidade, para assombro de muitos, ressurgiu com os sintomas de uma fantasmagoria escatológica que julgávamos superada. Como defunto insepulto, o corpo do horror está exposto. Bem alertava E. M. Cioran, no capítulo “Genealogia do fanatismo”, presente em *Breviário de decomposição*: “É que toda fé exerce uma forma de terror, ainda mais temível quando os ‘puros’ são seus agentes” (1989:13).

Na vertente do “devaneio”, situa-se outra face deformadora que tem sido a responsável direta por inúmeros equívocos, independentemente dos regimes políticos pelos quais passamos. O devaneio (como ensina a etimologia: “vanu” = vão / vazio) projeta o indivíduo num estado de vacuidade que deixa a consciência em suspensão. Em tal condição, tudo se torna possível para bem e para mal. O devaneio tropical, infelizmente, no plano político, sempre se inclinou para o delírio inconsequente. O lado virtuoso ficou restrito a genialidades que mapearam as artes e a construção do pensamento. Para a construção da nação, a força devaneante tendeu para o rótulo profético de Stefan Zweig: “o país do futuro”. O futuro como meta de realização sempre se chocou com as decisões do presente. Em nome do devaneio, selecionamos, a título de ilustração, três decisões estratégicas nas quais perdemos o rumo para o futuro, além das já serializadas em páginas anteriores:

1. quando o país precisava alavancar investimentos na agricultura (décadas de 60 e 70, no século passado), fez a opção por tecnologia em telecomunicações (veja-se que fim melancólico teve a Embratel). Na época propícia e necessária para investimentos em pesquisa e tecnologia, voltam-se esforços para incremento da agricultura. Vozes épicas alardeiam vitórias por conta de “empurrarmos” commodities no mercado mundial: soja, algodão, açúcar, com o agravante de ainda não havermos implementado a reforma agrária. Seremos, a exemplo da abolição da escravatura, o último país a promovê-la (se é que...).

Produtos primários e subordinados a políticas internacionais de preços soam, em tempos atuais, como grandes conquistas da balança comercial. Quem apostou em plantio de transgênicos já está amargando resultados menos promissores. Acreditaram no canto da sereia da Monsanto, empresa responsável pelas patentes das sementes transgênicas. Ela regula a oscilação dos custos que repercutem na rentabilidade.

Para os dois fatos, o teórico húngaro István Mészáros alerta, em *O século XXI: socialismo ou barbárie?*, quanto às conseqüências em nome de opções erradas. Primeiramente, no tocante às telecomunicações e respectivas tecnologias:

Numa área crucial – tecnologia de computadores, tanto no hardware quanto no software – , a situação é extremamente grave. Para mencionar apenas um caso, a Microsoft desfruta de uma posição de quase absoluto monopólio mundial, por meio da qual seus programas geram conseqüências pesadas também para a aquisição de equipamentos mais adequado. Mas além dessa questão, descobriu-se há pouco um código secreto embutido nos programas da Microsoft, que permite aos serviços militares e de inteligência dos Estados Unidos espionar qualquer pessoa no mundo que seja usuária do Windows e da Internet (2003:51).

No que se refere ao domínio sobre o plantio, Mészáros adverte:

Também em outra área de vital interesse, a produção de alimentos geneticamente modificados por gigantes transnacionais americanos, como a Monsanto, o governo dos Estados Unidos está fazendo o possível para impor ao resto do mundo produtos cuja adoção garantiria – ao forçar eternamente os agricultores de todo o mundo a comprar sementes não renováveis da Monsanto – o domínio absoluto para os Estados Unidos no campo da agricultura. As tentativas de empresas norte-americanas de patentear genes visam objetivo semelhante (idem: 51-52)

Quem, no Brasil, acompanhou as seções de debate e de votação, na Câmara e no Senado sabe que tal denúncia não obteve nenhuma guarida.

O debate se conflitava entre a “visão modernizadora” (devaneio mítico) x “visão atrasada” (complexo de inferioridade).

2. O Brasil se fortaleceu no que não deveria (produção cultural de entretenimento) e enfraqueceu-se no que não poderia (produção cultural de conhecimento). Não há democracia que sobreviva em bases auto-sustentáveis, se destituída de vigoroso suporte atado à experiência do conhecimento. É o modelo do entretenimento – e de baixa qualidade – que realimenta a onda do devaneio, acarretando sucessivo processo de desfiguração da identidade nacional. Nela se esvai o talento para a arte, para a pesquisa de ponta, fazendo aqui e ali, mais por abnegação e obstinação, em nome de intensas privações, pontificar isoladamente algo mais vigoroso. Nada, porém, estruturalmente elaborado como projeto político a envolver uma nação. Como ilustração para embasar com dados reais, tradutores da fragilidade cultural do país, vale reproduzir estimativas recentes do IBGE: no país existem, em números redondos, 32000 bancas de jornal e 1500 livrarias. Não bastasse a acentuada disparidade entre o modelo do entretenimento e o do conhecimento, cabe ainda ressaltar que, das 1500 livrarias, resulta o seguinte estarrecedor quadro: 87,9% dos municípios brasileiros não dispõem de uma livraria sequer. No tocante a cinema, há, no Brasil, 1920 salas de projeção. Destas, mais de 800 estão concentradas em capitais, para uma média de 106.000 habitantes por sala. Em compensação é alarmante o número de farmácias e drogarias, o que dá conta das doenças das quais padecemos, seja física, seja mental (cultural). No campo da pesquisa, fiquemos com o exemplo do petróleo. Em 50 anos, realizou-se, no Brasil, em média, 25.000 prospecções enquanto os E.U.A prospectam, em média, 33.000 por ano e o Canadá, com a média anual de 24.000. Nos últimos quatro anos (de 2001 a 2004), a Petrobras (agora, por decisão do governo anterior, dada a orientação do marketing internacional, a palavra perdeu o acento agudo. Realmente foi uma medida “da maior importância” para o sucesso da Companhia) gerou R\$ 6 bilhões de receita; o governo repassou à empresa, em parcelas, para reinvestimento, manutenção e prospecção, a pífia quantia de R\$ 6 milhões. Será necessária alguma explicação a mais?

3. A formulação de política de Estado centrada na aposta do “capitalismo financeiro”, em detrimento do “capitalismo de produção / consumo”. Se as duas anteriores representam erros estratégicos, a terceira beira a insanidade e o abastardamento radical, atributos próprios de quem não vê

o país para além da ponta de seu próprio nariz. Deixamos o diagnóstico nas palavras de uma das mais brilhantes inteligências brasileiras. Vale dizer que nos referimos a Celso Furtado, numa de suas últimas publicações (*O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*) em que, no prefácio, pontuava: “Os ensaios aqui reunidos respondem a uma indagação: que margem de autonomia nos resta para interferir no desenho de nosso porvir como nação?”. Todavia, a passagem que, efetivamente selecionamos é a que se aproxima do final do livro e, em certo grau, responde à questão formulada por Furtado no prefácio:

(...), hoje várias empresas européias vêm se instalando fora de seus respectivos países. A outra globalização, a financeira e monetária, é dominada pelo capital especulativo, que está localizado em qualquer lugar, mas de preferência em paraísos fiscais. É um capital que não tem cara, só pensa a curto prazo e pesa enormemente na utilização dos fundos de pensão, que são hoje uma das principais fontes de liquidez internacional. Esses fundos são administrados por funcionários, e não pelos grandes capitalistas do passado. E esses funcionários querem maximizar vantagens a curto prazo, porque podem perder o emprego amanhã e querem ganhar dinheiro logo. (...) Para essa gente, o Brasil tornou-se um negócio pouco seguro (...). Do dia para a noite podem escapar 10 bilhões de dólares. Quando o país acordar, a situação já é outra. (pp. 89-90)

Ainda sob efeito da perda de Celso Furtado, falecido em 20.11.2004, bem como pela natureza temática desta escrita, é mais que oportuno reproduzir aqui parte de um artigo que, sob impacto da notícia, publiquei na edição de 23.11.2004 do site Observatório da Imprensa. Nele procurava caracterizar como a “tanatocracia”, presente na história brasileira, expusera Celso Furtado a “três mortes”:

A primeira das mortes – e provavelmente a mais penosa e implacável – deu-se com o exílio imposto pelo regime militar em 1964. O fato de haver integrado o governo de João Goulart, à frente do Ministério do Planejamento, serviu de justificativa para eliminar da vida brasileira uma das mais pródigas inte-

ligências criadas nos Trópicos. Triste nação aquela que se desfaz do melhor, seja em nome do que for. Pior ainda se ela se descarta do melhor em nome do que há de pior.

Com o decreto da Anistia, eis que se abria uma nova oportunidade para a sociedade brasileira redefinir seus caminhos em direção a conquistas que haviam sido abortadas. Todavia, interesses menores somados a equívocos maiores desprezaram um dos mais ilustres nomes. Assim, o que significou tempos de abertura para uns continuou fechamento para outros. Entre esses, de novo, estava o nome de Celso Furtado. Uma segunda morte ali se deu. Tratado como membro de segundo escalão, nada de mais expressivo foi destinado a alguém que, por toda vida, se preparou para vôos bem mais altos. Celso Furtado era um daqueles perfis que, pelas qualidades, acaba sofrendo os efeitos daqueles que nelas percebem o incômodo.

Fico imaginando que rumos teria tomado o país se o primeiro presidente civil da redemocratização houvesse sido Celso Furtado, ou que, ao menos, tivesse sido o segundo. Nada além de conjecturas elaboradas por certa invasão de melancolia que aqui se associa à terceira e definitiva morte. Talvez Celso Furtado tenha cometido o erro de pensar muito num país que prima por pensar pouco e pequeno. Assim, para que não figurasse como alguém banido, o que espantaria o restante do mundo, concederam-lhe postos de decoração ou de imagem-exportação. Em 1985, foi designado embaixador do Brasil na Comunidade Econômica Européia, à época sediada em Bruxelas. Em 1986, foi recrutado para ocupar (com sabor de prêmio de consolação) a simbólica pasta ministerial da Cultura. Daí para frente, embora sempre em intensa atividade funcional e intelectual, não mais a ele foi destinada projeção maior no âmbito da vida nacional. Contudo, poucos estavam, como ele, preparados para compreenderem o intrincado novelo da sociedade brasileira, o que Celso Furtado acabou consignando em centenas de páginas publicadas cujo teor a classe política não estava (e não está) à altura de assimilá-lo. Perde, com isso, o conjunto da nação.

É provável que, nessa terceira morte, tenha ido junto a última possibilidade de o país selar seu destino à figura de um estadista. Paciência, somos o quanto valemos e o que valemos é determinado pelas escolhas que fazemos. E, pelo que fazemos, repetimos para nós mesmos, década após década, quanto tão pouco valemos. Nessa lógica miúda na qual se move a pobreza da vida política e cultural brasileira, Celso Furtado, a exemplo de Roberto Mangabeira Unger, Luiz Costa Lima e Carlos Lessa, não podia ter lugar além do ocupado.

A propósito desse Brasil mais próximo, Celso Furtado, além de inúmeras outras obras, deixa, com rara nitidez, o retrato de nossos descaminhos. É prudente revisitarem-se as reflexões fixadas em três obras consecutivas: *A fantasia organizada* (Paz e Terra, 1985), *Transformação e crise na economia mundial* (Paz e Terra, 1987) e *A fantasia desfeita* (Paz e Terra, 1989). As visões alinhavadas nessa trilogia adquirem ainda maior consistência crítica e prospectiva ao somarem-se às configurações presentes em *Brasil, a construção interrompida* (Paz e Terra, 1992) e *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil* (Paz e Terra, 1999).

Para compreenderem-se mais claramente as razões das três mortes que couberam na história de Celso Furtado, bem as ilustra Gilson Schwartz no artigo *Celso Furtado, urgente e fora de moda* que, como apêndice, acompanha a reedição de *Formação econômica do Brasil* (2000:267). Assim, o autor inaugura o artigo:

“Celso Furtado é um economista completamente fora de moda. Ninguém no mercado financeiro está interessado no que ele tem eventualmente a dizer. Ele não abriu seu próprio banco, não virou cafetão de informações privilegiadas nem abriu firma de consultoria para repetir o óbvio sobre a conjuntura econômica. Não arranjou emprego público para nenhum parente. Ou seja, para os padrões atuais de cidadania e mesmo de atuação de ‘grandes’ economistas no Brasil, ele é um perdedor”.

Após a digressão, seja pelo incontida vontade de homenagear a privilegiada inteligência de Furtado, seja para ilustrar, com mais um exemplo, o desvio de rota presente na realidade brasileira, podemos retornar, como fechamento, às três configurações expostas. A soma delas permite uma sentença bastante objetiva a respeito do destino do Brasil. Enquanto os governantes de antes pensavam que sabiam o que faziam (e, na verdade, desfaziam), os governantes do presente fazem o que não sabem (e, na verdade, nem fazem). Enfim, não há muito o que lamentar. Afinal de contas, não existem mais estadistas no mundo. O que há são países nos quais atuam “administradores de condomínio” com as devidas variações que vão de “condomínios de luxo” a “conjuntos habitacionais”, passando por “comunidades da periferia”. Outro mundo está em processo de mutação. A esse respeito, bem se pronuncia Fernando Sá, na apresentação do volume *Globalização e regionalização: hegemonia e contra-hegemonia*:

Se o Estado nacional soberano encontra-se em via de extinção, faz-se necessário agora, mediante uma leitura atenta dos fenômenos econômicos e políticos que estão ocorrendo, proceder a uma nova síntese social, econômica, política e jurídica que seja capaz de racionalizar e disciplinar juridicamente as novas formas de poder que estão surgindo. (2004:11)

O processo econômico liberal se estruturou no Ocidente sob a alavanca do progresso industrial. Isto está formulado na vertente iluminista inglesa capitaneada por Adam Smith. O amadurecimento de tal concepção redunda na instalação, durante a segunda metade do século XX, das megacorporações do capital que, lentamente, foram loteando e sitiando a política, pela conjunção de seis “macroáreas” que, reunidas, integram o real poder: indústria armamentista, indústria extrativista, indústria tecnológico-científica, ordem financeira mundial, instituição religiosa e indústria cultural, recordando dois estudos publicados em 1993 e 1995 (cf. bibliografia). Ora irmanadas, ora em conflito de interesses, as macroáreas ditam e financiam os “projetos políticos”, além da intervenção (nem sempre indesejada) de um “estado paralelo”, sob a face nebulosa do “crime organizado”.

Compreendido o enredamento acima formulado, deduz-se o estreitamento progressivo a que ficou relegada a democracia ocidental.

A memória histórica

Não se formula sequer esboço de ajuizamento isento, sem a constatação prévia de que a passagem da ditadura para a democracia não contemplou mínimas exigências calçadas em critérios com os quais outro alinhamento cultural poderia ter prosperado, em tempo ainda de conter e, aos poucos, reverter o fluxo de “rotas alteradas”. Para tanto, três pilares com os quais se sustentara o regime anterior deveriam ter sido redefinidos: sistema educacional, aparelho jurídico e estrutura política. Isto significa afirmar que o processo de abertura foi implantado, mantendo “fechadas” as vias estratégicas à altura de assegurarem passos futuros com autonomia. A democracia foi negociada, ignorando-se que a manutenção dos três pilares perpetuaria a predominância de um imaginário societário a inibir a expansão da imaginação libertadora.

No episódio da anistia, na campanha pelas “Diretas-já”, na elaboração de nova constituição, vingou o preceito da intocabilidade. O esquecimento da crueldade dos torturadores, o descaso ao grito popular e a subordinação da classe política às pressões lobísticas firmaram, em três etapas, a morte lenta da autonomia. Tudo parecia suportável e justificado, em nome da erradicação da censura, do retorno dos exilados, da recuperação das liberdades individuais, sem a menor percepção quanto ao rumo de um processo cultural em direção ao “vale-tudo”.

Feitas as observações preliminares, agora cabe destinar foco particular a cada um dos três pilares nomeados. Início, pois, pelo sistema educacional.

O sistema educacional

Não são em pouco número as deficiências detectáveis na realidade educacional brasileira, a começar pelos tantos de excluídos e condenados pelo analfabetismo. Por outro lado, pouco tem a vangloriar-se o lote de inclusos na educação formal, a julgar pela suspeita qualidade que nela predomina. Do ensino fundamental à universidade, o Brasil é regido por um modelo dos mais deficitários, o que impede o país de promover saltos qualitativos, em que pese o empenho de experiências isoladas. Todavia, de todo o processo, o mais perverso se situa no nível secundário, seja por ser terminal para muitos, seja por habilitar tantos outros à experiência universitária, além da faixa etária que atinge o período mais delicado em toda a

formação de personalidade e caráter. Dos 14 aos 18 anos, tem-se a passagem definitiva para o despertar crítico ou para o desvio de conduta. É o período no qual o país perde ou ganha uma geração, razão pela qual centralizaremos a atenção.

Precisamente, há 23 anos, como consta na introdução desta escrita, em dois artigos publicados no semanário Caderno de Educação (Jornal dos Sports – edições de 09/03 e 16/03, em 1980), com o título de “Proposições para a reestruturação do 2º grau”. Testando os ventos da “abertura” com os quais o “novo” governo Figueiredo acenava à população brasileira, alertava para a deformação à qual ficara exposto o nível secundário, desde a implantação da Lei 5.692.

Na ocasião, ciente das deficiências detectáveis por qualquer profissional de ensino, propunha o nível secundário em quatro anos (vale registrar que o governo francês está agora por implementar), tripartido nas áreas de: Humanas, Biomédicas e Tecnológicas, compondo-se em duas etapas. Os primeiro e segundo anos comuns a todos os alunos (“Formação Geral”), com o restabelecimento de disciplinas de perfil humanístico: filosofia, sociologia, psicologia. Os terceiro e quarto anos (“Formação Específica”) para turmas separadas, com disciplinas atinentes aos campos profissionais escolhidos. Vale lembrar que, na referida publicação, a cada área, oferecia-se a grade curricular julgada necessária, acompanhada da devida carga horária. Já preocupado com as demandas de uma realidade futura não muito distante, à época, sugeria a inclusão de disciplinas como informática e ecologia, além de dedicar capítulo especial ao “ensino profissionalizante”. Bem, o propósito aqui não é o de “republicar” os artigos. Apenas ilustrar, com a remetência ao passado, a incapacidade que o país tem de promover transformações onde elas efetivamente seriam agentes de transformação e desenvolvimento.

A despeito de alguma repercussão em ocasionais veículos midiáticos (jornal e rádio), nenhuma consequência maior a proposta mereceu. Por outro lado, também não havia nenhuma expectativa quanto a diferente desfecho. Tratava-se apenas de pôr o dedo na ferida. A rigor, o projeto não convinha a nenhum setor. Limitava a lucratividade na rede do ensino particular, ampliava custos na rede pública, afetava interesses do mercado editorial voltado para publicação de livros didáticos, contrariava estratégias comerciais de mídias eletrônicas e, por fim, geraria novamente o risco de formarem-se jovens incômodos à ordem social, política e econômica.

Não foi por outra razão que o regime militar, ao assumir o controle da nação, logo se empenhou em desmontar o eficiente e democrático modelo educacional traçado pela bela inteligência de Anísio Teixeira cuja competência ficou inscrita em todas as missões por ele assumidas, seja no tocante à concepção e condução do sistema educacional brasileiro, centrado na eficácia da rede pública, seja no cargo de primeiro reitor da Universidade de Brasília, dividindo o projeto com Darcy Ribeiro.

Inexistência do 2º grau

Mais de duas décadas se passaram e nada rigorosamente, pelas mesmas razões de antes, foi alterado. Pelo tempo decorrido, não é difícil deduzir quanto de gravidade se multiplicou na deterioração intelectual da juventude brasileira. Em termos mais explícitos: a “cirurgia radical” engenhosamente urdida pelos “cérebros da ditadura” vem sendo corroborada, estrategicamente pela classe política e dirigente. Assim, a realidade educacional brasileira convive num processo de falsificação no qual o estudante egresso do 2º Grau, em vigência, e aspirante a uma vaga na universidade não se apresenta existencialmente afetado, menos ainda transformado. Como ser social e existencial, o jovem (na verdade, adolescente) ingressa na universidade com o perfil identitário do qual já o era portador ao final da 8ª série. Às alterações ocorridas no corpo, não correspondem novos estados mentais. Criticidade, eficácia argumentativa, exigência estética, capacidade analítica e interpretativa, fluência verbal e expressão afetiva são atributos cognitivos e perceptivos absolutamente ausentes na esmagadora maioria da juventude pré-universitária e prolongada no curso superior.

Enfim, a questão é essa: afora esforços individuais de profissionais sérios e comprometidos com o alcance histórico do que fazem, não existe nível secundário na formação escolar brasileira. O material didático, em sua grande maioria, é graficamente sofisticado e conteudisticamente nada além de sofrível, além de preços extorsivos. Paga-se caro por quase nada. Por sua vez, a “grande família nacional” parece haver perdido o senso de orientação, quanto à fragilidade intelectual de seus respectivos filhos. Ou dela também se tornaram portadores os próprios pais?

Apenas quando se dá materialidade a certas situações é que algum desconforto passa a ser registrado por pais menos alheios ao destino geracional. Então, citemos algumas situações. É cabível um jovem escolher o curso de

Letras, chegando à universidade absolutamente ignorante quanto a dramaturgos, poetas e ficcionistas como: Sófocles, Shakespeare, Balzac, Baudelaire, Eça de Queiroz, Flaubert, Dostoiévski, Kafka, Beckett, entre outro elenco infindável, simplesmente porque, no colégio, o aluno estuda (e mal) Literatura Brasileira? Claro que é fundamental conhecer sua própria literatura. Ocorre, porém, que tal incumbência deveria ser desempenhada pelo professor de Língua Portuguesa. Este, por sua vez, ministra, no nível secundário, o mesmo conteúdo cobrado no chamado ensino médio e sem nenhuma rentabilidade, já que os recém-chegados à universidade continuam desconhecendo princípios elementares atinentes a ortografia, pontuação, regência, concordância e concatenação de idéias. Ao professor de Literatura, a exemplo do ocorrido em outras partes do mundo, ficaria o encargo de municiar seus alunos com conhecimentos universais, com antologias capazes de ampliar o horizonte intelectual e estético.

Pelo modelo instituído, há décadas formam-se profissionais em áreas como Sociologia, Psicologia, Ciência Política, Comunicação, Economia, Administração, Direito, entre outras, sem que a escolha feita tenha sido minimamente alvo de contato com os respectivos conteúdos, simplesmente porque a grade curricular do ensino secundário ignora por completo. Substituem a experiência com o conhecimento pela aplicação de “testes vocacionais”. E o pior: acreditam nisso. Resultado: centenas de universitários, ao longo do curso, pedem transferência, alegando inadequação do curso às suas expectativas subjetivas e objetivas.

A cultura infantilizante

Não bastassem as deficiências estruturais apontadas, soma-se à identidade dominante brasileira a característica de, tradicionalmente, ser uma sociedade da oralidade, ou como, em publicação de 1981 (*Dispersa demanda*), Luiz Costa Lima classificou de “cultura auditiva”, fruto do culto à oralidade. O sintoma fixado pela tradição nacional, sobre cujos aspectos históricos aqui não teceremos considerações – até para não reproduzir a correta e rica análise presente na obra citada – ainda se viu fortalecido e estimulado por conta da expansão dos meios audiovisuais, a partir dos anos 70, no século passado, quando se deu acentuado incremento. Principalmente, no tocante à televisão, políticas de difusão foram traçadas, de modo a, pela sedução da imagem, reter por mais tempo possível junto a

ela o olhar de milhões de receptores. Acompanhando a concepção de tal paradigma, demais meios de comunicação foram aderindo, com o intuito de tornarem o código verbal escrito cada vez mais assediado pelo padrão visual. Assim, o imaginário cultural brasileiro, já precário pelo regime da oralidade, migrou majoritariamente, para o da “imagibilidade”.

A mudança de padrões comunicacionais agravou o quadro na medida em que da oralidade para a imagem tem-se uma perda ainda maior quanto ao desprestígio que o código verbal passa a sofrer em favor do código icônico. Enquanto a palavra, bem ou mal, pela sua constituição mental, de base conceitual, obriga a certo esforço de compreensão, a imagem, pelo contrário, deixa a ilusão de tudo estar à mostra. Nesse estágio de transformação, o contexto cultural brasileiro não se dava conta de que o regime da imagem era a extensão do regime político: o autoritarismo a governar o país se casava com o caráter autoritário do qual a imagem se faz portadora. Por sua vez, o sistema educacional, insensível à tendência brasileira, não compreendeu que deveria inserir a linguagem audiovisual como tema de análise crítica. Quando tematizava a questão – o que ainda ocorre em grande escala no Brasil – conferia tratamento banal e/ou ingênuo, mera prática ratificadora do próprio veículo, a TV. Ou a televisão era alvo de discursos elogiosos, ou era objeto de menosprezo por parte dos supostamente mais esclarecidos.

À imagem e semelhança dos “modelitos televisivos”, a figura do professor era incentivada a trocar o perfil de autoridade do conhecimento, para assumir o papel de “animador cultural”, sob o respaldo de uma “pe(r)dagogia assistencialista”. As raras angulações críticas ficavam (como ainda permanecem) restritas a pequenos redutos acadêmicos.

Como se vê, o tema é um convite a tantos outros desdobramentos incompatíveis com os limites desta reflexão, já um tanto alongada. Fica, pois, o registro de um tom de alerta para os desafios que tanto exigem enfrentamento urgente quanto se intensificam aceleradamente os efeitos de uma avalanche que ameaça aprisionar a inteligência brasileira, condenando gerações a um tempo de carências progressivas, tão graves quando materiais e não menos preocupantes, quando culturais. É bom lembrar que, no relógio das vicissitudes sociais e existenciais, os ponteiros giram com mais velocidade.

É sabido que, na passagem de qualquer regime ditatorial para um regime democrático, se imponham redefinições tanto estruturais quanto funcionais, sob pena de o novo modelo abrigar as deformações geradas pelo anterior, comprometendo a eficiência e a autonomia exigidas pela nova

situação societária. Pois é justo aí que residiu o erro brasileiro, acarretando sérias deformações tanto políticas quanto culturais com as quais atualmente nos defrontamos. Nos três setores estratégicos, por aqodamento e/ou acomodação, inviabilizou-se o reencontro da democracia com a sociedade brasileira, em bases mais sólidas e justas. A consequência desse descompasso ditou (e vem ditando) o agigantamento de infortúnios e equívocos.

Como cultural e politicamente não se promoveram os indispensáveis ajustes éticos em relação ao regime anterior, a sociedade brasileira, sem maiores revisões, se viu num novo cenário mais voltado para a “festa” que propriamente para o significado real de democracia. Nesse contexto de deformações, liberdade e liberação passaram a equivaler-se; memória e esquecimento se neutralizaram e cobrança de responsabilidade e conciliação se fizeram parceiras. Nesse embaralhamento semântico, outras fronteiras se fragilizaram. Estas dizem respeito à tensão entre “transparência” e “opacidade”. No centro da questão, está o problema da “verdade”. Quanto a esse, dois agentes souberam construir “cortinas de fumaça”, alimentando a disseminação de “fantasmagorias”. Refiro-me aos sistemas midiático e político, seja quando informam sem as devidas clareza e profundidade, seja quando segregam informações ou fatos. São inúmeros os casos que, alimentados pela mídia, sugerem versões sobre acontecimentos impactantes e de perfil nebuloso. Como consequência, tem-se, no arco de experiências do imaginário societário brasileiro, tendência tanto para a mais absoluta credulidade que beira a ingenuidade infantil quanto para a expansão das mais insensatas e descabidas versões. Trata-se de dois comportamentos mentais deformados pela falta de ajuizamento.

O que é construção de mentes delirantes não se confunde com pensamentos prospectivos. Para estes, são indispensáveis atributos gnosiológicos que integram a análise, a crítica, a interpretação e, enfim, tudo que é demandado pela inteligência. A possibilidade de outras angulações para a tentativa de entendimento acerca do que envolve o sentido mais profundo de “conspiração” implica o empenho da razão em forçar a dialetização.

A “conspiração” diz respeito ao campo da “verdade encoberta”, expressão cunhada por Nietzsche. A rigor, o “pensar conspiratório”, entendido como “estado de mentação”, voltado para o exercício analítico – e diferente da “construção conspiratória” –, formula o que podemos nomear de “teoria co-inspiratória”. É, na verdade, uma situação perceptiva, instigada (ou “inspirada”) pela suspeita, pela dúvida acerca de algo posto como defi-

nitivo. Sob esse prisma, é a manifestação pura de um esforço de inteligência, a partir do momento em que um duelo é travado entre a verdade e o mistério. A origem das religiões tem a ver com esse embate, que também habitava o mundo pagão, sobretudo quanto ao sentido de “destino”. A noção em torno da existência de um “arquiteto do universo”, onisciente e onipresente, mas invisível e intangível, resvala nessa dimensão “co-inspiratória”. O olhar não se conforma com o que lhe é dado a ver. Há, portanto, nas construções “co-inspiratórias” – descartadas as elaborações mirabolantes que não passam de devaneios destituídos de mínima sustentação crítica – algo de belo, ao colocar em evidência a capacidade da inteligência reativa contra as forças estruturadoras do poder.

A linha de documentários é pródiga na oferta, ora pondo em dúvida a morte de Hitler, ora sugerindo complô na morte de Marilyn Monroe, Kennedy, entre muitos outros. Reportagens igualmente engrossam as fileiras. Quantos não se recordam das inúmeras conjecturas publicadas pelos mais diversos veículos a respeito do acidente que redundou na morte da Princesa Diana, Juscelino Kubitschek? Em outras situações, é a própria ingenuidade da versão oficial que praticamente denuncia a existência de “verdade encoberta” (ou acobertada), a exemplo do relatório da Comissão Warren sobre o assassinato do presidente Kennedy.

O Estado moderno desenvolveu, sob a ilusória prática da “transparência”, mecanismos potencializadores da opacidade. A população, por acaso, é informada sobre os reais termos de acordos internacionais, afora minutas que aqui e ali são distribuídas? A população é informada a respeito do que as CPIs apuram? Mesmo quem as acompanha não tem acesso às chamadas “sessões reservadas”. Que dizer do montante de documentos secretos, espalhados pelo mundo, aos quais apenas têm acesso altas patentes governamentais? Que verdades incômodas conterão? Ora, essa atmosfera não provém do imaginário individual. Ao contrário, tudo é gerado por instâncias de poder. Nelas figuram o Estado e a mídia. Não se pode ter a ingenuidade de que somos informados sem deformações. O difícil é sabermos encontrar o equilíbrio entre o “vôo da imaginação” e o recorte crítico-analítico. O que define a fronteira é a credibilidade da fonte, aliada ao discernimento exigido pela filtragem crítica do receptor.

Absurdos deslizam pelas páginas da Internet. Isto é inegável. Como ferramenta disponível, a Internet tanto se presta para eficientes e rentáveis acessos quanto para abrigar o amplo leque da patologia humana, razão

por que Internet é ferramenta e não, em si mesma, uma fonte. Sobre o 11/09, há uma avalanche de suposições bizarras. Todavia, não é em nome delas que se autoriza o fechamento de questão a envolver o ocorrido. É preciso lembrar que o relatório publicado sofreu inúmeras supressões. No tocante ao jogo político empreendido pelo governo norte-americano, não podem ser desprezados estudos e reflexões que se encontram disponíveis em algumas obras. Citemos algumas delas: de Gore Vidal, *Sonhando a guerra: sangue por petróleo e a junta Cheney-Bush* (Ed. Nova Fronteira, 2003); de Noam Chomsky, *Contendo a democracia* (Ed. Record, 2003); de John W. Dean, *Pior que Watergate: a presidência secreta de George W. Bush* (Ed. Francis, 2004); de Naomi Klein, *Cercas e janelas: na linha de frente do debate sobre globalização* (Ed. Record, 2003); de Peter Scowen, *O livro negro dos Estados Unidos* (Ed. Record, 2003); de Samantha Power, *Genocídio: a retórica americana em questão*. A leitura atenta dessas obras permite a construção de um outro “olhar”.

Formar conhecimento é um processo vagaroso e, por vezes, penoso mas não menos compensador. O perigo está na elucidação simplória e rápida. É nesse ponto que a mídia fraqueja. Ela atua no instantâneo e, passada a onda, deixa rastros para trás. Esses resíduos que depois não são revistos acabam se fixando na mente de receptores menos atentos e mais descompromissados com o conhecimento que formulam a atmosfera conspiratória na qual desfilam os devaneios do obscurantismo.

Conspirar contra a “conspiração” (sem jogo de palavras) pode acarretar o progressivo fortalecimento de discursos autoritários, entronizando o “monopólio da verdade”. Se é correto reconhecer que a “construção conspiratória” se origina de um impulso próprio daquele que busca adequar a realidade ao modelo de sua consciência – o que é deformante –, igualmente correto é identificar no exercício conjectural a recusa a imposições firmadas por paradigmas ideologizantes. A mídia exerce forte papel nas duas cenas. Claro está que os caminhos se separam a partir de como se estruturam subjetividades. A um cientista social que prioriza a observação do encadeamento dos fatos pode faltar a percepção de tudo que transcende. Por sua vez, a um psicanalista, a um teórico da arte, a um filósofo pode ausentar-se o contato mais íntimo com o que é da ordem da manifestação do imanente. Daí que a prudência de cada passo do pensar não deve abdicar da desconfiança sobre o pensado e, principalmente sobre o consolidado.

Enfim, a face conspiratória da História é tão frágil quanto a adesão acrítica às verdades entronizadas. Será que, com tudo que já ocorreu, alguém ainda acredita no fato de a invasão do Iraque ter sido motivada por nobres princípios de preservação civilizatória? É provável que sim. Bem, cada qual se identifique com o que melhor lhe parecer. Afinal de contas, a democracia não se pode alimentar de exclusões.

O amadurecimento para a fixação de uma experiência democrática e efetivamente transformadora depende da capacidade de o ser brasileiro perceber em profundidade o que perdeu, ao permitir a prevalência do “jogo das concessões”, em troca de “sensações”. Sem a consciência clara e desarmada a respeito da história como “construção”, a sociedade brasileira corre o risco de perpetuar um esboço de democracia. Mesmo ciente do quanto de discordância a idéia possa produzir, não receio afirmar que, majoritariamente, a sociedade brasileira ainda desconhece o sentido e a prática reais da democracia, bem como ignora o significado e a lógica funcional que regulam o modelo capitalista. Deram-se passos, passadas, por vezes, arrancadas, fazendo pairar uma nuvem com a qual o olhar desatento tende a embaralhamentos, em meio a sustos gerados por ocorrências do cotidiano.

Como desdobramento definitivo, resta agora pensar-se o que ainda se apresenta como dívida para o ingresso num modelo societário democrático, com o real significado emancipatório. Para tanto, o foco crítico que, até então, foi centrado em aspectos gerais e, em seguida, no âmbito educacional, agora se desloca para as esferas jurídica e política.

O aparelho jurídico e a democracia

Não bastasse, a história brasileira, desde as raízes coloniais, ser perpassada por uma ordem jurídica instituída pela cumplicidade com o fomento de uma cultura dos benefícios e dos privilégios, ainda o quadro se viu afetado, em decorrência de não se promoverem ajustes legais e funcionais, quando da transformação do regime autoritário em Estado de Direito. Em que efetivamente a “Nova República”, no âmbito judiciário, negligenciou? É sabido que, num regime ditatorial, justiça e polícia assumem prioritariamente a função de referendar e executar decisões ou operações engendrados pelo próprio regime, tornando secundário tudo que se refira a questões individuais ou setoriais. Em tal cenário, a justiça e os aparelhos repressores acabam, aos olhos da população, como instâncias extensoras e

tentaculares do Estado, cujo modelo parece consolidar o comprometimento com a ordem dos privilégios. Nesse formato, os quadros funcionais do Estado incorporam os ditames da lógica sistêmica. Era inevitável que, num cenário de redemocratização, se processasse mudança tanto de imagem quanto de funcionamento.

Outro ponto diz respeito a ritmo. O aparelho judiciário ingressou na regra democrática em total descompasso. É uma questão de lógica. Na democracia, em inexistindo uma legislação adequada, tende a haver multiplicação de demandas judiciais, por ser próprio do Estado de Direito qualquer cidadão (ou grupo) recorrer judicialmente, quando se imagina contrariado (ou prejudicado) em seus interesses, tanto pessoais quanto corporativos. Em regimes autoritários, dá-se efeito oposto: demanda reprimida. Portanto, ao crescimento de processos, tem de corresponder a aceleração do ritmo, sob pena de fixar-se a imagem (e real) da inoperância, da morosidade e, por fim, da impunidade. Por que, no regime democrático, intensificou-se o sentimento de impunidade senão pelo fato de, à sucessão de denúncias, não se seguir, no devido tempo, a consumação judicial?

Ao longo das últimas décadas, o sistema jurídico, na contramão das necessidades ditadas pela democracia, mantém-se engessado num enredamento que parece insolúvel. Acúmulo de remendos, emendas, artigos, pareceres, deliberações circunstanciais, liminares e jurisprudências traduzem o emaranhado incompreensível à vivência cotidiana do cidadão comum. Para esse, a justiça continua parecendo um “corpo estranho”, a serviço dos interesses dos poderosos, em meio a artimanhas e armadilhas lingüísticas e/ou tecnicistas. Subordinado a esse imperativo, mesmo o indivíduo letrado e culturalmente sofisticado se sente indefeso e refém de alguém que profissionalmente o conduza, passo a passo, no processo de “alfabetização jurídica”. Não há, pois, democracia auto-sustentável, sem a erradicação de deformações cristalizadas em regime de exceção. Trata-se de um princípio elementar. A ação crescente do Ministério Público, algo louvável de um passado recente e, felizmente, até aqui mantido, chega com décadas de atraso, já encontrando um quadro de corrupção de caráter sistêmico. Por mais empenho que se tenha agora, o resultado é frágil para a dissipação das redes criminosas.

O olhar retrospectivo e o olhar prospectivo

Compreender um processo histórico-político implica assumir uma atitude de distanciamento tanto temporal quanto emocional, de modo a reduzir, o máximo possível, efeitos contaminadores e deturpadores. Esta é condição essencial a todo e qualquer projeto de redirecionamento de uma realidade societária presente e, de modo a permitir o vislumbre de um futuro viável e liberto de frustrações.

É sabido que o ser brasileiro não é disciplinadamente educado a olhar o passado. Há, na cultura tropical, forte tendência em associar o passado histórico a postura saudosista e melancólica, em favor de visões esperançosas (e, por vezes, delirantes). Mais ainda o olhar retrospectivo em favor da esperança parece recusado pelo ser brasileiro até como afirmação de identidade cultural. Como se tal estado de ser evitasse confundir-se com traços presentes na tradição cultural lusitana, como saudosismo e melancolia apoiados numa vocação messiânica. Para a compreensão mais ampla dessa questão, vale a rica reflexão do renomado ensaísta português, Eduardo Lourenço, em dois densos livros: *Labirinto da saudade* (Publicações Dom Quixote, 1982) e *Mitologia da saudade* (Companhia das Letras, 1999). Merecem atenção especial os ensaios, no primeiro, *Psicanálise mítica do destino português* e, no segundo, *Melancolia e saudade*.

Há, no entanto, algo de diferente para além da frágil lógica binária a oscilar entre o saudosismo e a esperança: a vertente crítica que, como tal, não abdica da autocrítica. É justo esse olhar para dentro e, em seguida, para trás que equaliza o foco sobre o presente e o futuro. O imobilismo sim pode esconder-se na atitude defensiva (ou disfarçadamente incômoda) quanto ao fato de, porque não fizemos tal coisa no momento certo, não haveremos mais de realizá-la. Pois a razão histórica – que construiu a democracia em sociedades menos injustas – afirma exatamente o oposto: por não termos feito, é indispensável que o façamos. Não se conquista autonomia histórica, política e, menos ainda, cultural, acumulando lacunas e práticas conciliatórias como disfarce de quem não assume enfrentamentos. A respeito dessa característica dominante na trajetória brasileira, cabem algumas observações complementares.

Há algum tempo, em artigos para o Observatório da Imprensa, tenho feito pontuações reflexivas quanto ao procedimento acrítico assumido por grande parte da imprensa brasileira. Igualmente, não me tenho furtado em declinar sérias preocupações no tocante ao destino da América Latina e, em especial, a América do Sul que, notoriamente, se faz palco de sucessivos con-

flitos cujos desdobramentos e gravidade podem vir a tornar-se um “cenário de horror”, sem precedentes na história de seus povos. Há sérios indícios no tocante à progressão do que se pode classificar como “cinturão da miséria”, parceiro da “insurreição dos segregados”. A gravidade, para além dos indícios, consiste no fato de que eles começam a adquirir contornos sistêmicos. Talvez caiba reproduzir alguns que, num artigo de 2002, elenquei: 1. levantes urbanos na Argentina, seguidos de crescentes estados de tensão psíquica nos diferentes segmentos da população; 2. focos de guerrilha na Colômbia, Bolívia e Peru; 3. a rede de narcotráfico plantada e disseminada em diversas regiões do Brasil, afora conexões em rede com demais países sul-americanos; 4. incremento da pirataria econômica (falsificação industrial) como base do sistema financeiro do Paraguai; 5. proliferação de bolsões de excluídos e desempregados em todos os países do Continente; 6. instabilidade política na Venezuela e Argentina; 7. invasões de propriedade, entremeadas por práticas de violência da parte de proprietários e de violação da parte de errantes famílias marginalizadas; 8. aumento progressivo de impostos sobre setores estratégicos da economia e segmentos populacionais assalariados, inibindo numa ponta a produção e, na outra, o consumo, além de deteriorar a massa salarial do país, o que, reunindo os três vetores, inviabiliza a própria fórmula do capitalismo e qualquer política de desenvolvimento da nação; 9. crescimento da “economia informal”, afetando, em cascata, a arrecadação pela União, o que acarreta crises crescentes na implementação de projetos sociais e no setor da previdência pública; 10. fragilização dos sistemas educacionais, com a oferta de modelos cada vez mais empobrecedores, sob o ponto de vista da qualidade intelectual, de modo a contribuir para a brutalização cultural; 11. constantes agressões ao ecossistema, gerando sérios problemas de caráter ambiental, o que repercute diretamente nas saúde precária de populações majoritárias; 12. indícios de conflitos e de violência contra segmentos minoritários, envolvendo questões raciais e sexuais; 13. aumento de diferenças entre ricos e pobres, fato verificável em todos os países do Continente, em razão da falta de programas governamentais, à altura de redefinirem as políticas tributária e fiscal; 14. impossibilidade de, em meio a tantos impasses, dificuldades, disparidade de recursos e de problemas entre os países, promover-se, no Continente Sul, a homogeneidade monetária. A Europa, por conta de muito menos, adiou em quase uma década a fixação do euro. No caso do Continente Sul, o horizonte desse projeto está cada vez mais distante, para não classificá-lo de impossível; 15. as principais riquezas patrimoniais de que alguns países dispunham já fo-

ram sucateadas em privatizações voltadas para repasse de pagamentos da dívida externa, sem nenhum benefício revertido para as respectivas populações, principalmente as carentes em tudo.

Como bem se pode concluir, o quadro ao que estamos expostos acusa razões suficientes para um estado de alerta contra o qual não se vislumbram projetos saneadores.

A política, a mídia e a democracia *performática*

Não é apenas a grande imprensa brasileira a viver do que lhe ditam os “grandes senhores”. Também a política passa por igual submissão. Perdeu-se a autonomia decisória. Com ela, se foi a democracia. Não está, pois, equivocando o ensaísta espanhol Manuel Castells ao reconhecer, em “A necessidade de representação”, artigo publicado no caderno Mais! (Folha de S. Paulo, 27/01/02), o desafio por que passa o Ocidente quanto a que caminhos tomar: reconhecer a democracia como mero deleite para reflexão ou reinventar para ela uma prática ajustada aos conflitos dos novos tempos.

Claro está que o elemento perturbador a atravancar o curso das águas no rio da democracia se deve à subserviência que, principalmente nas últimas três décadas, a política se permitiu, ao fazer-se refém dos interesses do capital, seja na forma de financiamentos para campanhas eleitorais, seja na dotação de orçamentos governamentais, sem falar na invasão da publicidade e do marketing como promotores de situações artificiais, transformando políticos em “modelitos”. A contaminação é irreversível. A política foi “midiatizada”. O que hoje resta é a “cultura da fofoca”. Quem falou mal de quem... Quem foi visto jantando com quem... Fulaninho disse que... Idéias? Plataformas concretas? Posturas claras quanto a assuntos polêmicos? Nada. Todos evitam assumir posições, ante a ameaça de perda de votos. O que sobra são as migalhas do cotidiano revestidas de sensacionalismo para manter a “novela” no ar. Debates vigorosos e construções ideológicas são “ilusões perdidas” como bem antes as perdera Balzac.

Não menos problemática é a travessia acidentada da democracia. Para esta, a autonomia ficou, pelo menos, repartida entre classe política e redutos midiáticos, com destaque particular para os setores jornalísticos. Diga-se de passagem que, no caso, se culpa há, não é dos jornalistas. O fato é ainda mais reconhecível, ao observarmos o curso da “Nova República”. Não é infundada a desconfiança de que o país é gerido por economistas e jornalistas, com as devidas diferenças a

separá-los. Enquanto a “razão econômica” formula planos e manobras para equilibrar o que estruturalmente realimenta o desequilíbrio, a “vertente midiática” pauta a vida política diariamente para reproduzir falações, intrigas e outras superficialidades, oferecendo em troca exposição de figuras públicas, escândalos que findam por não produzirem desfecho à altura das expectativas prometidas. Tal “presença” deixa a ilusão de a sociedade brasileira ser extremamente politizada, quando a verdade histórica e cultural revela justamente o contrário.

O espaço dedicado pelas principais publicações jornalísticas (inclua-se a mídia eletrônica) à tematização da política (não raro sob a forma de matéria de capa em revistas, manchetes em jornais ou chamadas em telejornais) finda por formatar, em grande parte, a atuação de parlamentares e governantes. É claro que se trata de uma prática extensiva ao modelo ocidental. Todavia, na realidade brasileira, há em quantidade excessiva e com abordagens superficiais, além de verificar-se progressivamente um fenômeno particular. Diariamente, senadores, deputados e vereadores ocupam as tribunas, remetendo a oratória a matérias publicadas lá, exibidas acolá, ora como legitimação argumentativa, ora como exercício de autodefesa. Em segundo plano, ficam as verdadeiras pautas para as quais foram eleitos. O saldo não passa de incremento na “cultura da fofoca”. O círculo que se estabelece entre mídia e política tende a enfraquecer a qualidade do próprio debate político, em favor de um “disse-me-disse” cuja conseqüência se materializa na consolidação da mesmice. A democracia, quando reduzida a esse formato, é quem perde, pois a repercussão tanto das matérias quanto das atividades parlamentares também tematiza e restringe o teor das conversas nos mais diversificados redutos societários. Resultado final: proliferação de uma “democracia performática”, de perfil midiático, emocional e descartável. Enfim, a mídia, na ânsia de coberturas diárias, regula a atividade política. Esta, por sua vez, alicerça sua prática com base numa “cultura midiática”.

Parece-me que, nos últimos 20 anos, agravando-se na segunda década, a imprensa se ocupou demasiadamente com a democracia (ou o que considerou que ela seria), descuidando-se progressivamente do fator mais importante para a própria eficácia da democracia: nível cultural. Devem ter pensado que, criado o ministério da Cultura, em 1985, ao ministério deveria caber a questão. Como ministério nenhum pode dar conta do que é projeto cultural de uma nação, ninguém em setor nenhum, afora preocupações direcionadas a leis de incentivo e derivados, elaborou políticas efetivas das quais se pudesse extrair resultados transformadores.

É notório que, ao longo do tempo, com carências crescentes, se instalou expressivo (assombroso) rebaixamento cultural no país, contaminando, inclusive, o sentido profundo de democracia. Assim, o que deveria ser “democracia participativa e qualitativa” redundou na simplória “democracia representativa e quantitativa”. Nessa inversão de prioridades, também e principalmente, a imprensa caiu. Para fazer vingar a primeira, teria sido indispensável o envolvimento do exercício jornalístico com as reais questões nacionais, em sintonia com a permanente vigília crítica. A opção pela segunda consagrou um formato calcado em superficialidades cotidianas, exploração sensacionalista, “denuncismo” inconseqüente e ampla oferta de entretenimento. Sob o efeito de tais paradigmas que tendem à intensificação, fica o sabor amargo de um alerta que Gilson Caroni Filho, embora se referisse a um contexto diferente do aqui abordado, a certa altura do artigo “Nunca fomos tão felizes” (Jornal do Brasil, 11.12.04), título obviamente irônico, afirmava: “Deveriam ter aprendido com o Show de Truman que o horizonte termina na parede”. A despeito do transporte da frase prevista para outra temática, ela, por sua autonomia de significado bem se presta para a atmosfera de desfecho desta “confissão” que, doravante, não mais incluirá “fissuras”. A palavra final, entretanto, será entregue a mais uma observação crítica de Luiz Costa Lima, extraída do texto “Um desperdício de talentos”, constante no volume Para entender o Brasil. Costa Lima, em dado trecho do texto, sinaliza:

O Brasil assim dá a impressão de uma terra em que o tempo congelou. Como se García Márquez fosse o romancista de nosso país e o Caribe estivesse conosco. Agarramo-nos a alguns nomes, mitificamos algumas personalidades para não afundarmos na indiferença ou no desespero (2001:206-207).

Conclusão

A reflexão procurou fornecer um tímido quadro conjuntural, com a intenção de tornar a prática democrática uma vivência profunda, de modo a estimular a perseguição de princípios com os quais um corpo societário possa firmar um pacto ético, à altura de um futuro compatível com os padrões culturais, capazes de afirmar a identidade e o sentido de nação. Trazer à tona as “feridas” é um modo de dar o passo, em nome do respeito à cidadania. Sem o devido princípio de realidade, a consciência facilmente se deixa entregue à fantasia,

contraponto do fantasma, abdicando do investimento no conhecimento e na imaginação. Em resumo, a escrita procurou substituir o que outrora pautou a “consciência de um olhar” por uma experiência intimada pelo “olhar da consciência”. Trata-se de um novo tempo. Antes o fora tinha o poder de reverberar no dentro. Agora, é o estado interior que lança para o exterior.

Para fechar a escrita iniciada em tons confessionais, a ela, em caráter conclusivo, retorno. A rigor, creio que, em três décadas de escrita ininterrupta, nunca escrevi algo cujo teor, no íntimo, me fizesse mal. Sempre direcionei meu foco para algo que, com garra, me impulsionava. Contudo, quis a vida me impor nova experiência: escrever cada parágrafo como se cada um tivesse o poder de gerar a dor de uma facada. Bem, indagaria suposto leitor, por que então não recusou a tarefa, considerando que ninguém a impingiu? Sim, é verdade. Nenhuma força externa determinou o suplício desta travessia; portanto, alguma vontade, alocada em algum setor nebuloso da subjetividade tornou obrigatória a experiência. Seguramente, não foi pulsão masoquista. Apenas um acerto de contas com a própria história de vida. Esta conta de chegada revela um dado matematicamente irrefutável: a geração à qual pertencço não terá mais tempo de viver num país cuja realidade, em tese, seja diferente daquela que já é. Se alterações promissoras houver, outra geração delas desfrutará. Para nós, é fim de linha. O tempo da História não se harmoniza com o tempo biológico.

Ao lado do sentimento doloroso de uma escrita desencantada, outro não menos estranho sentimento ao primeiro se somou, o que abre mais um ângulo. Sempre que escrevemos para alguma publicação, assim o fazemos com a convicção de estarmos certos. Como tal, almejamos passar adiante aquilo que descobrimos ou definimos como sendo o certo. Pela primeira vez, porém, a despeito da voz da razão a dizer-me o contrário, torço tenazmente para que, em cada parágrafo, haja um erro colossal de análise, de perspectiva e de criticidade. Que a dimensão desse erro profundo corresponda à desqualificação intelectual de quem assinou esta reflexão. Confesso que me conformaria com a perda de credibilidade se, em troca, se promovesse a redenção do país. Aceitaria, até prazerosamente, o encargo de, pelo menos nos próximos 20 anos, ser obrigado a escrever a parte II na qual, por imperativo ético, tivesse de vir a público para penitenciar-me sobre o falso testemunho presente nesta publicação. Devo, portanto, finalizar, considerando que o preço de haver um dia adotado a brasilidade consiste em pagar com a minha derrota, já que, para sair-me vitorioso, seria inevitável que o povo brasileiro perdesse. Ainda assim, como parte dele, mesmo vencendo, igualmente perderia. É uma trama

engenhosa no bom estilo de um Sófocles ou de um Shakespeare. Eu terei doravante de torcer contra mim mesmo.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2005.

Referências bibliográficas

- BOMFIM, Manoel. *O Brasil nação*: realidade da soberania brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- CIORAN, E. M. *Breviário de decomposição*. Trad. José Thomaz Brum. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- _____. *História e utopia*. Trad. José Thomaz Brum. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- COMTE-SPONVILLE, André. *A felicidade, desesperadamente*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- DIEGUEZ, Gilda Korff. Deus e o diabo na terra da carnavalização. In: VÁRIOS. *Comum* (14). Rio de Janeiro, OHAEC / FACHA, 2000, pp. 141-159.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder* (2 vols). Porto Alegre: Globo, 1958.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Globo / Publifolha, 2000. Col. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.
- _____. *O longo amanhecer*: reflexões sobre a formação do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FREUD, S. *Além do princípio de prazer*. Trad. Christiano M. Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1998.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- HUGHES, Robert. *Cultura da reclamação*: o desgaste americano. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- LIMA, Luiz Costa. *Dispersa demanda*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1981.
- _____. Um desperdício de talentos. In: AGUIAR, Luiz Antonio (org.). *Para entender o Brasil*. São Paulo: Alegro, 2001, pp. 203-212.
- LINS, Osman. *Do ideal e da glória*: problemas inculturais brasileiros. São Paulo: Summus Editorial, 1977.
- LOURENÇO, Eduardo. *Labirinto da saudade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.

- _____. *Mitologia da saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LUCCHESI, Ivo e DIEGUEZ, Gilda Korff. Caetano. *Por que não: uma viagem entre a aurora e a sombra*. Rio de Janeiro: Leviatã, 1993.
- LUCCHESI, Ivo. Literatura latino-americana e dependência cultural. In: Vários. *Anais do II Congresso Nacional de Letras e Ciências Humanas*. Rio de Janeiro, SUAM, 1981, pp. 112-128.
- _____. O papel do educador na sociedade contemporânea. In: VÁRIOS. *Anais do VIII Congresso Nacional de Estudos de Linguística e Literatura*. Rio de Janeiro: Corujinha / Conselho Federal de Cultura, 1983, pp. 1-20.
- _____. O poder e suas máscaras. In: VÁRIOS. *Cadernos Facha* (1). Rio de Janeiro: OHAEC / FACHA, 1993, pp. 31-36.
- _____. As macroáreas do poder. In: VÁRIOS. *Cadernos Facha* (2). Rio de Janeiro: OHAEC / FACHA, 1995, pp. 24-32.
- _____. Política e cultura nos trópicos: a questão da brasilidade entre a erosfobia e a tanatocracia. In: VÁRIOS. *Cadernos Facha* (4). Rio de Janeiro, OHAEC, 1996, pp. 18-37.
- _____. Modernistas e tropicalistas no projeto de estetização da brasilidade. In: VÁRIOS. *Comum* (10). Rio de Janeiro: OHAEC / FACHA, 1998, pp. 76-115.
- _____. Depoimento. In: CYNTRÃO, Syllvia H. *A forma da festa – tropicalismo: a explosão e seus estilhaços*. Brasília: Editora Universidade de Brasília / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000, pp. 165-175.
- MÉSZÁROS, Ivstán. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- POPPER, Karl R. *O mito do contexto: em defesa da ciência e da racionalidade*. Trad. Paula Taipas. Lisboa: Edições 70, 1999. Col. Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 27.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.
- RAMONET, Ignácio. O poder midiático. In: MORAES, Denis (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2003, pp. 243-254.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. *O processo civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. São Paulo: Companhia das Letras / Publifolha, 2000. Col. Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro.

SÁ, Fernando. Apresentação. In: VÁRIOS. *Globalização e regionalização*. coleção hegemonia e contra-hegemonia, vol. III. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora PUC-Rio/Edições Loyola, 2004, pp. 09-14.

SAMPAIO, Luiz Sergio Coelho de. *Filosofia da cultura*: Brasil – luxo ou originalidade. Rio de Janeiro: Agora da Ilha, 2002.

SCHWARTZ, Gilson. Celso Furtado, urgente e fora de moda. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil* (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro – Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000), pp. 267-271.

SENNET, Richard. *The conscience of the eye: the design and social life of cities*. New York – London: Norton, 1992.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

Matéria em jornal:

“Eu não mudei, a vida é que muda” – O Globo, 27.05.2003.

Artigos em jornais:

CARONI FILHO, Gilson. Nunca fomos tão felizes (Jornal do Brasil, 11.12.2004).

CASTELLS, Manuel. A necessidade de representação – (Mais! – Folha de S. Paulo, 27.01.02).

KURZ, Robert. O declínio da classe média (Mais! – Folha de S. Paulo, 19.09.2004).

LIMA, Luiz Costa. A questão da cultura (Mais! – Folha de S. Paulo, 18/05/2003).

LUCCHESI, Ivo. Proposições para a reestruturação do 2º grau (I, II). Caderno de Educação (Jornal dos Sports, 09/03 e 16/03 de 1980).

Publicações em mídia eletrônica:

LUCCHESI, Ivo. O Brasil e o desafio cultural (I, II, III) – Observatório da Imprensa (on line), edições de 04.06, 12.06 e 19.06.2003. www.observatoriodaimprensa.com.br.

_____. Celso Furtado: uma vida em três mortes – Observatório da Imprensa (on-line) edição de 23.11.2004.

_____. Mídia & Conspiração: para refutar ‘verdades oficiais’. Observatório da Imprensa (on-line), edição de 21.12.2004.

_____. Crise Argentina: o colapso pelas lentes do jornalismo. Observatório da Imprensa (on-line), edição de 06/02/2002.

_____. Democracia & Capital: as limitações do jornalismo e da política. Observatório da Imprensa (on-line), edição de 13/02/02.

Resumo

O presente estudo propõe o exercício de um olhar da consciência a respeito dos destinos da brasilidade, a partir de considerações retrospectivas e análises prospectivas.

Palavras-chave

História; Política; Cultura; Educação; Mídia; Brasilidade.

Abstract

This essay proposes a consciousness sight practice, concerning the destinies of brazilian identity, since a retrospective to a prospective analysis.

Key-words

History; Politics; Culture; Education; Mass Media; Brazilian Identity.